



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**AVALIAÇÃO COMO CONSTRUÇÃO COLETIVA:
AÇÃO-REFLEXÃO-AÇÃO NA ESCOLA DE ENSINO
MÉDIO SÃO JOSÉ – CONSTANTINA/RS**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Gerri Sawaris

**Constantina, RS, Brasil
2009**

**AVALIAÇÃO COMO CONSTRUÇÃO COLETIVA: AÇÃO-
REFLEXÃO-AÇÃO NA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO SÃO
JOSÉ – CONSTANTINA/RS**

por

Gerri Sawaris

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Latu-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a
obtenção do grau de
Especialista em Gestão Educacional

Orientador (a): Prof^a. Dr^a. Maria Alcione Munhóz

Constantina, RS, Brasil

2009

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização Lato-Sensu em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a
Monografia de Especialização

**AVALIAÇÃO COMO CONSTRUÇÃO COLETIVA: REFLEXÃO-AÇÃO-
REFLEXÃO NA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO SÃO JOSÉ –
CONSTANTINA/ RS**

elaborada por
Gerri Sawaris

como requisito parcial para a obtenção do grau de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Maria Alcione Munhóz, Prof^a. Dr^a (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Andréa Tonini, Prof^a. Me. (UFSM)

João Luis Pereira Ourique, Prof. Dr. (UFPEl)

Rosane Maria Pietrobelli Nath, Prof^a Me. (SMEC/ Constantina)
(Suplente)

Constantina, 08 de agosto de 2009.

*Dedico este estudo ao povo trabalhador
Brasileiro que com seu esforço e trabalho
ajuda a sustentar a educação pública
nesse país, mesmo que muitas vezes lhe
sobra apenas a esperança de um Brasil
melhor.*

Agradecimentos

Muita gente merece os agradecimentos. Partindo da idéia que esta etapa dos estudos é consequência de etapas anteriores, todos os professores, desde aqueles que me alfabetizaram até a orientadora desse trabalho deveriam ser lembrados nessa página, como são muitos os nomes, cito apenas o nome da orientadora, professora Maria Alcione Munhoz e, em seu nome, a todos que me ajudaram nessas jornadas de estudo e reflexão.

Aos que trabalham e ajudam a manter as estruturas das escolas e universidades públicas conscientes ou não de dias melhores, o nosso agradecimento.

Aos sonhadores e inovadores, como é o caso da educação à distância EAD, também fica nosso agradecimento.

Aos amigos Everton e Neila que compartilharam seus conhecimentos e nos deram apoio técnico e acadêmico.

E, por fim, aos amigos e familiares.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Latu-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

AVALIAÇÃO COMO CONSTRUÇÃO COLETIVA: REFLEXÃO-AÇÃO-REFLEXÃO NA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO SÃO JOSÉ – CONSTANTINA/RS

AUTOR: GERRI SAWARIS

ORIENTADORA: MARIA ALCIONE MUNHÓZ

Data e Local de Defesa: Constantina 08 de agosto de 2009.

A situação atual das reprovações e evasão escolar no Brasil ainda é preocupante. Essa situação não é nova, persiste por décadas e décadas. Mesmo com todo o esforço do estado em garantir a universalização da educação, ainda se tem muita dificuldade em universalizar o conhecimento, a aprendizagem. Nos últimos anos evoluiu-se bastante, passou-se de um sistema de gestão administrativa para um sistema de gestão democrática, valorizando a efetiva participação da população nos rumos da escola. Isso fez com que melhorasse a visão e a maneira de encarar a avaliação e aprendizagem dando uma contribuição para esse debate. O objetivo dessa monografia é analisar o processo de construção do Projeto Político Pedagógico na Escola Estadual de Ensino Médio São José de Constantina, revisando a forma como foi construído o projeto político pedagógico, com ênfase para o tema da avaliação. Analisou-se também como o tema da avaliação é tratado no projeto e seus desdobres no dia a dia da escola. A primeira parte trata da forma de gestão escolar e como transcorreu o debate e a formulação do item referente à avaliação; como ocorre no dia a dia a avaliação, quais os resultados alcançados e estratégias adotadas para conseguir os objetivos traçados no Projeto Político Pedagógico e, por fim, se analisou as diferentes interpretações sobre o tema da avaliação na escola e entre os estudiosos do tema. Para isso, ouviu-se a opinião dos responsáveis pela aplicação do Projeto Político Pedagógico na escola em estudo.

Palavras-chave: Avaliação. Gestão democrática. Aprendizagem.

ABSTRACT

Monograph Specialization
Course of Specialization in Educational Management
Federal University of Santa Maria

EVALUATION AS A COLLECTIVE CONSTRUCTION: REFLEXION, ACTION -
REFLECTION AT ESCOLA ESTADUAL SÃO JOSÉ – CONSTANTINA/ RS

AUTHOR: Gerri Sawaris
COORDINATOR TEACHER: Maria Alcione Munhóz
Date and Local of Defense: Constantina, 08th August, 2009

The present situation of school failure and evasion in Brazil are still worrying. This situation is not new once it has been faced for many decades. Even though there are efforts from the government in order to guarantee the expansion of school, yet there is much difficulty in universalize knowledge and learning. In the last years one has made good progress once Brazil evolved from a system of administrative management to a system of democratic management, giving value to the effective participation of the population in the ways for the school to follow. That has made the country improve their way to see the evaluation and learning, giving a contribution to this debate. This monographic study aims at analyzing the construction process of the Political Pedagogical Process at Escola Estadual São José - Constantina, revising the way it was made, with emphasis to the theme of evaluation. The analysis of the evaluation theme is treated in the project as well as their different aspects in the day to day school activities. The first part treats the school management ways and how the debate happened as well as the formulation of the item referring to evaluation: how the evaluation happens in the day to day school activities; what the reached results are and the strategies adopted in order to reach the aims established in the Political Pedagogical Project and finally analyzing the different interpretations about the theme of evaluation at school and among the scholars concerned to the theme. In order to do so, we heard the opinion of the responsible for the implementation of the Political Pedagogical Project at the studied school.

Key words: Evaluation. Democratic Management. Learning.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS	09
CAPÍTULO I - A GESTÃO DEMOCRÁTICA E A CONSTRUÇÃO DA PROPOSTA DE AVALIAÇÃO NO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO	11
1.1 Uma Visão de Gestão	11
CAPÍTULO II - POR UMA AVALIAÇÃO CONTINUADA	16
2.1- A necessidade constante da Avaliação e da Progressão Continuada	16
2.2- A avaliação e Progressão Continuada no Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual de Ensino Médio São José	19
2.3- A opinião de alguns pesquisadores sobre o tema da Avaliação e da Progressão Continuada	24
CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS	29
REFERÊNCIAS.....	33
ANEXOS.....	35

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

A presente monografia tem como objetivo divulgar um ponto de vista sobre o termo avaliação na comunidade escolar da Escola Estadual de Ensino Médio São José, localizada no município de Constantina – RS.

A metodologia utilizada nesta pesquisa seguiu a abordagem qualitativa, tendo como instrumento de coleta de dados entrevista com professores que atuam na escola. Além disso, procedeu-se à revisão bibliográfica de literatura pertinente ao tema, a partir da opinião de especialistas, e também análise documental, tomando os documentos produzidos na escola: o Projeto Político Pedagógico e o regimento interno como produtos estudados. Conforme Saviani, "o problema não pode ser examinado de modo parcial, mas numa perspectiva de conjunto, relacionando-se o aspecto em questão com os demais aspectos do contexto em que está inserido" (SAVIANI, 1989, p. 21). Dessa forma optou-se por tal metodologia de análise.

A parte prática da pesquisa abrange, compreende uma entrevista com a atual coordenação pedagógica e também com a coordenadora pedagógica da época da elaboração do PPP. Essas entrevistas aconteceram de forma oral e no final da conversa solicitou-se que as mesmas escrevessem a sua opinião sobre o tema em estudo, as quais estão transcritas e analisadas nesse trabalho.

Com a Gestão Democrática, a escola elaborou seu Projeto Político Pedagógico de forma coletiva. Foi a partir de uma breve análise da gestão democrática que iniciamos esse estudo. A definição do termo gestão adotada no presente trabalho, deu-se a partir dos escritos de Heloísa Lück e de outros estudiosos sobre gestão escolar. .

O restante do trabalho foi elaborado a partir do estudo da Proposta Política Pedagógica da escola, especificamente a parte que trata da avaliação e trabalhos de especialistas e teóricos da área de avaliação escolar. Este estudo possibilitou o entendimento da avaliação sob o ponto de vista teórico, o qual serviu de norte para analisar a proposta de avaliação presente no Projeto Político Pedagógico da E.E.E Médio São José, o qual encontra-se em funcionamento na escola nos dias atuais.

Este percurso de estudo e investigação, possibilitou compreender se existe coerência entre aquilo que foi proposto pela escola e a prática atual, tendo em vista

o alto índice de reprovações e desistências que se observava ao término de cada ano letivo.

O presente trabalho está fundamentado no pensamento freiriano: ação-reflexão-ação. Sendo assim, propõem-se com ela avaliar, questionar, refletir sobre o processo de avaliação construído pela Escola E. E. E M. São José confrontando-o com o entendimento que a direção escolar possui atualmente.

Como o tema da avaliação, na E.E.E.M São José, ou em qualquer outra repartição escolar não é um tema consensual, com a presente pesquisa pretendeu-se apenas emitir um ponto de vista do termo avaliação, oferecer uma reflexão sobre a ação avaliativa da E.E.E Médio São José. Sobre o tema da avaliação, a própria escola encontra-se em fase de mudanças da concepção em seu PPP, o que deverá ocorrer até o final de agosto do presente ano letivo.

CAPÍTULO I

A GESTÃO DEMOCRÁTICA E A CONSTRUÇÃO DA PROPOSTA DE AVALIAÇÃO NO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

1.1 Uma Visão de Gestão

A Gestão Educacional refere-se às esferas públicas que juntas tem a incumbência de articular através de leis, normas e ações o sistema educacional do Estado. Heloísa Lück reforça a ideia de que gestão educacional é a concentração de esforços, recursos humanos e financeiros tendo em vista as melhorias do sistema de ensino. Com suas palavras:

Gestão educacional corresponde ao processo de gerir a dinâmica do sistema de ensino como um todo e de coordenação das escolas em específico, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas, para a implementação das políticas educacionais e projetos pedagógicos das escolas (LÜCK, 2006, p. 35).

Partindo dessa ideia de gestão, todo o contexto educacional deve estar envolvido, desde a administração escolar, os resultados alcançados, o projeto pedagógico que está sendo construído, o sistema de avaliação, o tipo de sociedade almejado com tal metodologia até o sistema de educação. A gestão visa superar a fragmentação existente entre direção, governo, plano político pedagógico, corpo docente, corpo discente e os demais atores envolvidos no processo educacional em prol de um projeto de educação que contemple o todo. De acordo com a autora, a gestão educacional deve representar “um novo paradigma, caracterizado por uma maior aproximação entre planejamento e ação, entre teoria e prática, entre atores e usuários” (LÜCK, 2006, p. 52). Daí a importância de um Projeto Político Pedagógico construído coletivamente. Pois além de representar o anseio da comunidade, ele envolve a mesma comunidade quando existe alguma dificuldade com a própria avaliação, por exemplo. A gestão prevê a administração dos recursos humanos, financeiros e também da metodologia pedagógica, incluindo a avaliação.

Por que, então, a Gestão educacional visa o envolvimento de todos os atores no processo educacional? Porque uma vez participando do processo de planejamento, o sujeito sente-se comprometido com aquilo que ele ajudou a construir, é a práxis propriamente dita. Se o sujeito ajudou a construir como vai querer destruir? Ajudando a construir, pode-se ajudar a remodelar, a replanejar, a melhorar.

A Gestão educacional se propõe a superar velhos paradigmas. A superar a fragmentação de ações individualizadas por ações de conjunto; da burocratização e da verticalização para um processo de horizontalização e coordenação. Enfim, a gestão visa a superação do individual para o coletivo. Com essa visão muda-se inclusive a cultura brasileira de não responsabilização pelos problemas, colocando a culpa sempre nos outros, o professor no aluno e vice versa, o povo no governo, o governo no povo, criando um círculo vicioso.

Mais uma vez rompe-se o paradigma da passividade pela participação. Essa é a visão e o entendimento que se tem sobre o processo da gestão educacional. E assim como a democracia, a gestão também não tem receita pronta, precisamos reinventá-la a cada dia e isso se faz com participação construção do processo, com um sujeito cíclico, não alienado e passivo.

Com a Gestão Democrática, as escolas passaram a elaborar o seu Projeto Político Pedagógico. Assim também a escola aqui analisada o fez. Partiu-se para uma reflexão sobre a questão da avaliação dentro de um processo construído de forma totalmente democrática. Após analisar os dados contidos nos documentos da escola, concorda-se com o conceito de gestão defendido por Uhle (1994), o qual baseado em João Bernardo publica um artigo denominado “A administração educacional: suas transformações e o perigo da corrupção da linguagem”, o qual defende a idéia de que a gestão está diretamente ligada ao processo de trabalho, e não apenas aos objetivos das organizações. Isso ocorre porque é o processo de trabalho que define o modo de produção capitalista. E, nesse sentido, a escola teve esse processo de construção de seu PPP elaborado prevendo uma avaliação e uma progressão continuada, mas hoje está em risco por falta de recursos humanos, que considero um modelo de gestão que encaixado no modelo capitalista prevê a necessidade de enxugar a máquina pública. Esses dados serão melhor explorados no próximo capítulo.

Partindo dessa idéia de gestão, pode-se também esclarecer os demais conceitos. A questão da democracia na escola não deve ter apenas um fim em si mesma, ou seja, uma eleição de diretor de escola não deve ser o ponto máximo da democracia no espaço escolar. A eleição é apenas uma etapa do processo democrático, faz-se necessária a efetiva participação nas decisões de todo o processo, desde as questões financeiras, bem como as questões administrativas e pedagógicas.

Deve-se também levar em conta que a gestão democrática ainda não tem boas referências, não está amadurecida, conforme Paro, 2000 “parece-me absurda a proposição de uma gestão democrática que não supunha a comunidade como sua parte integrante”. Assim, o período em que a gestão democrática espalhou-se por diferentes estados brasileiros, no auge da aplicação das políticas neoliberais, 1994-1995, merece uma pequena análise. Nesse período, a opção pela gestão democrática no âmbito escolar deve-se talvez por uma visão que alguns autores apontam em relação com o estado. Visão esta que baseada na teoria do estado mínimo fica mais fácil administrar, uma vez repassando um valor “x” em recursos financeiros para as escolas, também repassam todas as responsabilidades quanto à manutenção do espaço público.

Uma escola democrática que valorize as relações pessoais, a construção do conhecimento de forma democrática, tem na gestão democrática uma alternativa de construção do projeto político pedagógico e do engajamento da comunidade. A escola democrática prevê no professor um facilitador do processo de ensino aprendizagem e não um mero aplicador de conhecimentos como dizia Paulo Freire. Esse papel de mediador, de facilitador não tira o prestígio do professor, ao contrário, engrandece sua profissão, fazendo com que haja um comprometimento da comunidade escolar, um puxar-se para cima no quesito de cidadania. Pois num período de apenas 10 meses de aula, é impossível ao professor classificar os alunos, rotulando os aprovados como os que sabem e os reprovados os que não sabem, daí a necessidade de respaldarmos a visão e a ação de um professor comprometido com a gestão democrática, inclusive para superar dificuldades de aprendizagem entre os alunos.

Não basta esconder-se atrás do plano de gestão democrática como uma forma de eximir-se das dificuldades ou problemáticas que a escola apresentar. Também não é abandonando a escola, sem apoio financeiro, sem respaldo político

que o projeto da educação irá evoluir. Construir gestão democrática é muito mais que eleger o diretor por meio do voto direto da comunidade escolar, fazer gestão democrática é radicalizar a gestão da escola, inclusive radicalizar a visão de avaliação e os resultados alcançados. Como afirma a pesquisadora Heloísa Lück, a falta de gestão gera desperdício, de conhecimentos, recursos humanos, financeiros, repetências. De acordo com a mesma,

(...) o substancial desperdício de talentos registrados nas escolas brasileiras, identificados por seu elevado índice de evasão e repetência e baixos níveis de rendimento, conforme demonstrado pelo Saeb, são devidos, em grande parte, a deficiências de gestão que ocorrem por falta de referencial, organização e orientações adequados para nortear a atuação educacional com a devida competência (LÜCK, 2006, p. 29-30).

É possível observar que a autora defende um processo de gestão que engloba a visão da gestão educacional e escolar, sendo que, a gestão democrática consegue articular as duas dimensões na escola. Quando uma escola consegue articular esses dois elementos, diferentes concepções e visões de educação conseguem conviver e se efetivar.

Partindo da idéia que a democracia é um espaço em construção e que somente a efetiva participação de todos os sujeitos do processo faz com que a mesma seja forte, é possível afirmar que a participação efetiva dos segmentos na gestão escolar é sub-aproveitada, ou seja, existem os espaços, mas existe também muita confusão quanto ao papel de cada segmento e, nesse sentido, os mesmos acabam por ser apenas coadjuvantes do trabalho que a direção propõem. Como vivemos em uma sociedade altamente competitiva e os sujeitos envolvidos no processo acreditam que a sociedade deve evoluir pelo esforço de cada indivíduo, o espaço da gestão fica prejudicada, pois cada um acredita que apenas fazendo a sua parte, ou o que lhe compete, que já é o suficiente. e não percebe a importância do envolvimento coletivo de que necessita o processo para que se realize.

Também não acredita na importância de se discutir proposta de gestão escolar, não percebem vantagens. Por fim, temos que concordar com Maria da Graça Aranha, em sua obra Filosofia para o Ensino Médio:

A condição do fortalecimento da democracia encontra-se na politização das pessoas, que devem deixar o hábito (ou vício?) da cidadania passiva, do

individualismo, para se tornarem mais participantes e conscientes da coisa pública (ARANHA, 2006, p. 218).

A escola em questão, após a aprovação de seu projeto político-pedagógico, passou a contar com um documento oficial, com uma proposta aprovada e elaborada de acordo com a Lei da Gestão Democrática - Lei 10.576/1995 do governo do estado do RS. Com a troca de governo em 1999, na gestão Olívio Dutra (1999-2002) através da proposta da Constituinte escolar a escola foi desafiada a se articular com a comunidade e reconstruir coletivamente o Projeto Político Pedagógico. Com essa reformulação, a comunidade participou mais ainda da discussão, onde se pode concluir que mais uma vez o projeto político pedagógico contempla os anseios da comunidade devendo estar comprometido com as melhorias propostas pelo debate e pelo próprio método de construção.

CAPÍTULO II

POR UMA AVALIAÇÃO CONTINUADA

2.1- A necessidade constante da Avaliação e da Progressão Continuada

A máxima Sócrática “Só sei que nada sei” (COTRIM, 1993, p. 104) é, sem dúvida, um dos pontos que se pode citar para iniciar essa reflexão, pois enquanto educador tem-se a função de interrogar, interrogar sempre. Avaliar os avanços, sempre questionando: como avançar mais?

A avaliação é um processo importante e necessário para saber se está se atingindo os objetivos propostos. Somente é possível conhecer os acertos quando se pode avaliar e materializar os mesmos. E quando o tema em análise é a educação, pode-se dizer que está se vivendo um momento novo. O educador Miguel Arroyo em recente palestra no 1º Seminário Regional de Educação, realizado nos dias 12 e 13 de abril / 2007 em Constantina, sintetizou muito bem este momento, o qual necessita de uma avaliação constante:

(...) Eu diria que estamos num momento novo. É o momento em que percebemos que não é suficiente dizer, ensinou bem, conteúdos bons, com bons métodos logo deveriam aprender, hoje já sabemos que a coisa não é tão automática. Hoje já nos preocupamos com os processos de aprender e não apenas porque há alunos com problemas de aprender, não, não são esses. O que nos devem levar a nos preocupar com os processos de aprender não em que haja alunos que catalogamos como alunos com problemas de aprendizagem, não. Não. É que temos que entender que todos os processos de aprender de qualquer mente humana, em qualquer criança, aprenda ou não aprenda, temos que entender. O médico não entende de como o corpo humano se desenvolve só porque vai mexer com doentes, não, não. Se eu levo meu neto, minha filha leva meu neto ao pediatra não é apenas quando está com pneumonia, com febre, não. Periodicamente levo o neto, ela leva. Eu também vou periodicamente ao médico, no meu médico. Chego lá o que? qual o problema? Não tem problema não, mas já passou um ano, passou oito meses, eu queria fazer um check-up e aí faz, manda fazer análises, está tudo bem. Ele não entende apenas quando está tudo mal, ele entende quando está tudo bem. Nós temos que nos preocupar com os processos de aprender, não porque haja alunos com problemas, insisto, de aprendizagem, mas porque somos profissionais dos processos de aprendizagem (ARROYO, 2007, p.3).

Falar sobre a avaliação reflete esta necessidade de avaliar o que se tem construído, como afirmou Arroyo, porque sendo profissionais da educação é preciso avaliar para identificar se está se atingindo os objetivos propostos para perceber se o que está certo e o que é preciso mudar no processo. Não se pode entender que a avaliação sirva apenas para detectar quando está tudo mal, ela serve inclusive para se detectar quando as coisas estão bem. Mesmo com a evolução do sistema educacional brasileiro, nos últimos anos, ainda tem-se muito que melhorar, pois 64% dos alunos com idade de 14 anos estão atrasados nos estudos, segundo fonte do IBGE (2005).

De acordo com o professor Hamilton Werneck, no livro “A nota prende, a sabedoria liberta” (2002), a avaliação como medida escolar do aprendizado, assume contornos de descrição após a segunda guerra mundial. Essa necessidade da descrição foi adotada num primeiro momento em países desenvolvidos como uma forma de que a descrição melhora o entendimento sobre o que está sendo avaliado.

A descrição melhora a compreensão, não o define de fato, portanto esse fato foi excelente para alertar os educadores sobre a necessidade de se descrever, embora não fosse o suficiente para criar na mente do educador um conceito claro sobre o que estava sendo avaliado (WERNECK, 2002, p. 66).

Como afirma o próprio Hamilton, passaram-se todas as reformas educacionais, a reforma de Capanema no governo Vargas, o movimento conhecido como escolanovista, que tentou inovar, tentou mudar, mas continua-se até os dias atuais, medindo. Defende ele que a descrição é muito mais eficiente no sentido de operacionalizar e corrigir o erro. Cita também a maneira como os aliados ganharam a segunda guerra mundial (1939-1945) “(...) os aliados ganharam a guerra por causa da pesquisa operacional que usava descrições e explicações de vários peritos envolvidos no problema(...)” (WERNECK, 2002, p. 67). Por pesquisa operacional, Hamilton descreve a reunião de especialistas em bombas, navegadores, físicos, aviadores para debater o motivo de não conseguirem atingir os submarinos alemães e que após o processo de descrição, os aliados passaram a entender o processo e passaram a explodir os submarinos alemães, criando assim uma idéia de um sistema que funcionasse.

Essa idéia de atribuir uma nota, um valor numérico a um educando vem perpassando décadas e décadas, sem que se encontre forças para alterar a avaliação para um ato de descrição como foi defendido acima. É importante salientar que nessa lógica, a própria progressão continuada, após a realização dos estudos de progressão por parte do aluno, o mesmo deverá prestar uma prova e o que ficará anexado em seus registros de apto a progredir é uma nota, um valor numérico.

Comentando um pouco sobre a progressão continuada, percebe-se que a mesma foi prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/, em seu artigo 32, parágrafo segundo, cuja redação é a seguinte:

Art. 32, §2º Os estabelecimentos que utilizam progressão regular por série podem adotar no ensino fundamental o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino-aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema de ensino.

Sua redação baseou-se no princípio de que obrigar um aluno a repetir novamente o ano, tendo seus antigos colegas na turma seguinte e ele tendo que enfrentar outros colegas, as mesmas questões e ainda por cima ser motivo de chacota é muito deseducativo, essa foi a lógica da oferta de progressão continuada na legislação.

O Plano de Metas Todos pela Educação (2007), ratificado/assinado pelo Governo do estado do Rio Grande do Sul, o qual a escola está ligada, sobre essa questão, tem a seguinte redação em seu artigo IV:

Art. VI - combater a repetência, dadas as especificidades de cada rede, pela adoção de práticas como aulas de reforço no contra-turno, estudos de recuperação e progressão parcial.

A progressão é uma alternativa apontada e utilizada para o aluno não perder a motivação pelos estudos. Uma boa progressão, com dedicação e com bom método capaz de descrever as dificuldades e avanços colaborará para a universalização não apenas da educação, mas também do conhecimento.

Na E.E.E. Médio São José, em que se realizou a investigação, atualmente, o aluno reprovado em mais de duas disciplinas fica retido e repetirá toda a série no ano seguinte. Já os que ficarem em até duas disciplinas realizam uma prova no início do ano letivo e, de acordo com sua nota, seguirão para a série seguinte.

2.2 A avaliação e Progressão Continuada no Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual de Ensino Médio São José

O PPP da escola tem um capítulo que trata exclusivamente sobre a proposta de Avaliação. Uma série de itens descreve o entendimento que a comunidade escolar teve no momento de sua elaboração. Todos os itens seguem uma linha progressista libertadora, baseada na linha de pensamento freiriano. Esse capítulo retrata o dia a dia de uma escola, com orientações desde a maneira de se organizar o conselho de classes, até o processo de recuperação.

No conselho de classe, o entendimento do PPP é que este serve como elemento de avaliação coletiva. Seus objetivos servem para mensurar os objetivos propostos e os objetivos alcançados. Como o próprio texto descreve “serve como momento de troca de experiências, de tomada de decisões conjuntas e encaminhamentos”. Se a escola de fato conseguir aplicar essas orientações, ela está inserida dentro dos marcos da gestão democrática já descrita num momento anterior, segundo a visão da Heloísa Lück, o qual se articula para garantir o sucesso da escola e do aprendizado.

No intuito de garantir a aplicação do processo de construção coletiva, o PPP descreve até mesmo a metodologia do conselho de classes. Inicia-se na sala de aula com professor conselheiro e alunos fazendo uma avaliação geral dos avanços e dificuldades enfrentados pela turma. Aos professores cabe a tarefa de elaborar um relatório da turma através de parecer descritivo e, por fim, professores, pais e alunos fazem uma avaliação do processo de forma coletiva, tomando-se as decisões a partir dos encaminhamentos levantados.

Para alcançar os objetivos propostos a escola elaborou um capítulo denominado Desafios e Compromissos (p. 26-29). Esse capítulo trata da linha geral de entendimento que a escola tinha, na época da elaboração, sobre o conceito educação. No primeiro parágrafo, descreve-se que a prática escolar está construída no sentido de transformar a realidade. Para alcançar esses objetivos, a mesma deveria ser construída como um espaço de diálogo entre seus agentes. Conforme o documento,

Diante da pluralidade que se apresenta o mundo, a Escola não pode reduzir-se a um único fim. Deve estar aberta à multiplicidade de funções e de papéis que a sociedade lhe requer. Preparar para a vida deve ser meta primeira da Escola, no sentido de ajudar a formar um sujeito pensante e atuante na sociedade, que juntamente com a função prática deve colocar-se como colaboradora no processo de construção de uma consciência de cidadania (PPP, 2006, p. 26).

Dos compromissos e desafios descritos, em número de nove, percebe-se claramente a opção política da escola por uma escola freiriana, ação, reflexão ação. Todos os nove itens tratam da democracia, da inclusão, da coletividade, do planejamento em grupo, da interação com a realidade, uma proposta totalmente humanizadora, tudo é feito, estudado planejado, visando à felicidade do ser humano vivendo em sociedade, vivendo a coletividade. Na mesma linha, o compromisso/desafio de número oito trata da avaliação. O desafio proposto é que “avalia-se para intervir, agir e para redefinir os rumos do processo”. A descrição das práticas avaliativas é descrita de uma forma onde haja: conselhos de classes participativos, reunião com pais e alunos, reuniões pedagógicas avaliativas, auto-avaliação do aluno, turma e educadores; registro de observação de alunos; relatórios das atividades desenvolvidas; pareceres sobre as produções e desempenho do aluno e da turma. Todas essas ações visam com que a ação avaliadora não contemple apenas alunos, mas também professores e os procedimentos pedagógicos. A informação que se obteve da atual coordenação pedagógica da escola é de que poucos professores colocam isso em prática.

A participação precisa ocorrer de fato, nada pode ser construído por osmose, a comunidade escolar deve participar, bem como descreve o último parágrafo dos desafios, “Para que todos esses desafios sejam superados e as propostas colocadas em prática, entendemos que é fundamental o empenho e a continuidade da participação de toda comunidade escolar” (PPP, 2006, p. 29).

Dentro desse contexto, após a análise dos dados na secretaria escolar, constatou-se um alto índice de reprovação de alunos na escola nos anos de 2006 e 2007. Somente no ano de 2006, observou-se que foram reprovados 58 alunos de um total de 575 matriculados e no ano de 2007 foram 48 reprovações para um total de 534 matriculados. (Banco de dados da secretaria escolar). Além das reprovações de quem foi até o final do ano na aula, também estão nesse número os que abandonaram a escola. Isso representa mais de 10% de reprovações do total de

alunos matriculados. Se a reprovação e, conseqüentemente, a repetência apresenta altos índices na E.E.E Médio São José, dados do próprio Ministério de Educação informam que o Brasil tinha em 2005 um contingente muito grande de jovens que já deveriam ter acabado o ensino fundamental. “Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 64% dos alunos com 14 anos, idade que encerrariam o Fundamental, estão atrasados na escolaridade. O ideal seria cursar o Médio, de 15 a 17 anos” (CORREIO DO POVO, 2005, p. 14).

A escola objeto do presente estudo tem aprovado em seu PPP, que o aluno que reprovar em até duas disciplinas, seguirá adiante com seus estudos, ou seja, para a série seguinte, desde que o mesmo se proponha a fazer a formação continuada. “É oferecida a progressão parcial aos alunos do Ensino Fundamental e Médio, reprovados em até duas disciplinas.” (PPP, 2006, p. 14). Isso significa que o aluno deve vir para a escola em turno inverso, com horário marcado, onde o professor daquela disciplina irá fazer um estudo extra com o mesmo. Essa é a redação do item da formação continuada em vigor na escola.

Segundo a opinião da professora aposentada Ione Teresinha Rodrigues, ex-coordenadora Pedagógica da escola, e coordenadora da elaboração da Proposta Política Pedagógica, a progressão continuada deveria continuar sendo oferecida de acordo com aquilo que prevê a PPP. Segundo ela:

Deve-se respeitar o tempo do aluno, pois não será em um período x de meses que o conhecimento vai se efetivar. Portanto não oferecer a oportunidade da progressão continuada é errado. Se tem dificuldades, não podemos acabar com essa possibilidade, devemos exigir condições de trabalho para oferecer a progressão. Não se deve brincar de fazer progressão. O trabalho da progressão deve ser efetivo, com professores, pais e alunos se envolvendo. O que se percebeu nos anos em que estive na escola, era que os alunos que tinham outras funções, por exemplo, trabalho. Abandonavam a progressão continuada para trabalhar e não compareciam na progressão. Também se observava que dentro dos recursos humanos oferecidos, os professores que tinham sobra de carga horária eram destinados para essa função, e na primeira movimentação que havia, esses profissionais eram deslocados para a sala de aula, deixando a progressão em segundo plano (RODRIGUES, 2009) [Entrevista].

A atual coordenadora pedagógica, Caciana Ferronato declarou também:

Primeira questão: quando os alunos através de conversas e estudos souberam que a partir do momento em que você está em progressão também está automaticamente aprovado, começaram a deixar muito no oba-oba. Como alguns professores, que por não concordarem com o processo, não tinham tanto interesse em buscar aquele aluno que não comparecia nas progressões. Outra questão, e esta, realmente

enfrentamos, é, realmente, a falta de professores com horário disponível para trabalhar com estas progressões. Sabemos que poderia ser em turno inverso, com turmas que estão em aula, no entanto, a maioria dos professores também não concorda por estarem com as salas de aula superlotadas (FERRONATO, 2009) [Entrevista].

Percebe-se nitidamente a existência de problemas e a escola está indo na contramão daquilo que se tem de mais atualizado em termos de legislação sobre o tema da progressão.

No Projeto Político Pedagógico, a escola em estudo apresenta sua proposta de avaliação da seguinte forma:

A avaliação entendida como um instrumento de compreensão do nível de aprendizagem dos alunos em relação aos conceitos estudados, e às habilidades desenvolvidas. Ação que necessita ser contínua, pois o processo de construção de conhecimento dará subsídios ao educador para perceber os avanços e as dificuldades dos educandos e, assim, rever a sua prática e redimensionar as suas ações se for preciso (PPP, 2006, p. 23).

Para elaborar sua Proposta Política Pedagógica, a escola ouviu a comunidade escolar. O processo de avaliação prevendo um sistema, uma ação contínua foi aprovada por toda a comunidade, inclusive pelos professores. O que está acontecendo então com os alunos e com o processo de avaliação como um todo, que não conseguem prever, que não consegue rever sua prática para evitar tais reprovações e repetências cujos índices já foram apontados acima?

Para responder a esse questionamento, procurou-se falar com a coordenação pedagógica e solicitou-se os registros individuais que haviam sido elaborados pelos professores durante o ano letivo, como prova do processo contínuo de avaliação daqueles alunos que haviam reprovados. Para surpresa, na investigação percebeu-se que poucos registros de recuperação individual foram feitos pelos professores. Mesmo que o Projeto Político e Pedagógico prevê:

É importante que o professor observe, registre, faça um acompanhamento, questione seu aluno, faça uma avaliação oral quando achar oportuno, com a finalidade de saber se os objetivos foram alcançados e, que registre esses resultados por escrito, a fim de avaliar os avanços e as dificuldades apresentadas durante o processo de ensino (PPP, 2006, p. 23).

Segundo a coordenadora pedagógica, Cacia Ferronato, este ano, 2009, um novo estudo do PPP e do Regimento está sendo feito e se direciona para as

linhas da exclusão, até mesmo nestes documentos, da progressão continuada. Ou seja, aluno que não alcançar a média estipulada pelas partes, precisará fazer prova de recuperação ao final do período letivo. Eis a opinião da mesma:

Está-se pensando em uma semana de estudos e após uma semana de provas. No entanto, o que sempre é frisado aos professores é que eles precisam preocupar se, planejar e colocar em prática formas de avaliação que alcancem o todo do aluno, afinal temos jovens criativos, inteligentes, que no momento de uma prova mais tradicional bloqueiam tais conhecimentos e não conseguem alcançar “a média”. Não podemos prejudicar tal aluno, é preciso construir mecanismos que englobem os conhecimentos dele no todo e não somente naquele momento específico. Também se criou uma planilha para que o professor anote as estratégias, os momentos em que avaliou seus alunos, como uma outra onde ele – o professor - relatar todo o processo das recuperações que ocorrem no processo do dia-a-dia da aula. Sabemos que é difícil o ofício de professor mas precisamos construir uma forma, não sei, onde todos que queiram seguir este ofício tenham apoio e orientação para melhorar suas práticas. Quem sabe seja isso que esteja faltando, além de terem um melhor reconhecimento pelo seu trabalho importante na formação de um cidadão crítico. Porém, da forma como está, com certeza, não ajudaremos a formar tal pessoa. Preciso lembrar que os estudos para mudança do Regimento e do PPP iniciaram em março na primeira reunião de professores e seguiram com as reuniões de pais, onde tiveram momentos de discussão em grupo sobre assuntos que abordavam a avaliação, o papel do professor, do aluno e dos pais no processo de construção de conhecimento dos jovens. Este estudo se prolongará até final de agosto, quando será feita uma redação final para enviar aos órgãos competentes para que sejam aprovados e que vigorem a partir de 2011 (FERRONATO, 2009) [Entrevista].

Como se pode observar, a escola vem fazendo uma atualização de seu projeto Político Pedagógico, novas fórmulas de avaliação estão sendo planejadas. Acredita-se que a intenção da coordenação pedagógica é melhorar a universalização do saber, mas no projeto político pedagógico atual, estes mecanismos de anotação de uma avaliação contínua, como o próprio projeto político pedagógico descreve que o ato de avaliar deve ser permanente, será que com as alterações apenas no Projeto, sem mudar a relação de comprometimento da Comunidade escolar, vão refletir essa intenção? Será que de fato a avaliação vai ocorrer de forma contínua e a tempo de não deixar o aluno com o ano letivo comprometido, pois se ele não tiver as notas exigidas será reprovado. Ou, conforme salienta Hoffmann,

Tenho dito que não acredito em transformações na prática avaliativa impostas via decretos ou mudanças de regimentos. O inverso, sim, vejo acontecer em escolas e municípios. Mudanças regimentais reivindicadas pelos professores que assumem posturas avaliativas diferenciadas a partir

de grupos de estudo após muito tempo de discussão. Porque novas práticas revelam, mais do que ditames legais, novas posturas assumidas (HOFFMAN, 2008, p. 146).

Um ato do governo do Estado do Rio Grande do Sul, ao qual a escola pertence, mereceria a atenção nesse artigo, é a reformulação do plano de carreiras. Essa reformulação vem radicalizar ainda mais a visão de uma gestão de resultados com uma política de viés neoliberal, ou seja, com o mesmo quadro de professores exigir mais. Ora, se hoje faltam recursos humanos para as bibliotecas, para os trabalhos de laboratórios, e como já foi descrito acima, não existem recursos humanos para essas progressões continuadas, motivo pelo qual a própria escola vai retirar do seu Projeto Político Pedagógico, será que essas ações vão de fato estimular e propiciar à população o acesso ao conhecimento? É importante mudar todos os índices que mensuram a qualidade da educação, principalmente um item do Plano Todos pela Educação, o qual prevê “todos na escola aprendendo”.

2.3 A opinião de alguns pesquisadores sobre o tema da Avaliação e da Progressão Continuada

Entende-se também, que não é suficiente oferecer a possibilidade da progressão continuada apenas por ser obrigação da legislação. É necessário que se tenha uma escola com o verdadeiro teor da Gestão Democrática conforme citado anteriormente. Acredita-se que é preciso parar de fazer de conta que se está ensinando e que os alunos estão aprendendo, parafraseando Hamilton Werneck. A possibilidade da progressão deve ser oferecida por ser mais uma possibilidade de melhorar o conhecimento e a aprendizagem. Concorda-se com Hoffmann, pois ela defende que o processo de avaliação onde se faz a progressão continuada apenas como mais uma forma de classificar o aluno não é coerente com o verdadeiro sentido da educação. Para ela, é necessário sim, fazer uma avaliação do processo. É preciso saber para que se está avaliando. Dessa maneira,

A questão que coloco é de que forma tais professores vêm interpretando, no seu cotidiano, propostas de progressão continuada? Pois, se apenas aplicam provas aos alunos por obrigação do sistema, por ter de enunciar e

comprovar resultados periódicos e finais do aluno, essas propostas passam a liberá-los de quaisquer compromissos nesse sentido (HOFFMAN, 2008, p. 22).

Ao analisar Hoffmann, surgem as indagações: é mais fácil deixar o aluno na progressão continuada ou seria melhor identificar a problemática e corrigir o rumo do processo educacional? Será que a progressão continuada da escola não seria uma forma de acomodação e facilitação que uma avaliação mais detalhada e obrigatória do processo exigiria? Como afirmou uma professora paulista citada na obra de Hoffmann “livrar-se dela (avaliação) é uma delícia” (2008, p.22).

É importante citar a página do centro de Referência Educacional - consultoria em Educação, cujo título é “Quem tem medo da progressão continuada? Ou melhor, a quem interessa o sistema de reprovação e exclusão social?” (NEUBAUER, 2000), nesse artigo se faz uma breve retrospectiva das possibilidades de acesso da população à educação, descrevendo desde a trajetória educacional no mundo, chegando até nosso país nos dias atuais. A ênfase do texto é de que construindo um sistema de educação e conseqüentemente de avaliação rígido, desestimularia os alunos a gostarem da escola, mantendo o status quo na sociedade. O texto ratifica os medos da elite em democratizar o conhecimento, tendo que dividir com outras pessoas o poder político e econômico e o conhecimento, que como diz o ditado popular, “saber é poder”.

Por outro lado, pretende-se aqui esclarecer a ideia de que o processo da avaliação classificatória, ou seja, o método tradicional da aplicação de uma prova, um trabalho, nota aprova/ reprova, não é o que se defende nesse trabalho. Esse método é simplista e a própria Hoffmann não concorda. Para ela, é necessário saber e entender porque avaliar ao invés de querer inventar métodos de avaliação ou fórmulas. “Os educadores, em geral, discutem muito ‘como fazer a avaliação’ e sugerem metodologias diversas, antes, entretanto, de compreender verdadeiramente ‘o sentido da avaliação’ na escola” (HOFFMAN, 2008, p. 19).

Um documento recente, o Plano de Metas Todos pela Educação, instituído através do Decreto Federal nº 6094/07, entre tantos artigos de suas diretrizes, também cita a necessidade de um processo contínuo de avaliação. O Art. III, tem a seguinte redação “acompanhar cada aluno da rede individualmente, mediante registros da sua freqüência e do seu desempenho em avaliações, que devem ser realizados periodicamente”. Ao questionar a coordenação pedagógica da referida

escola, conforme depoimentos anteriormente citados, percebe-se claramente que se reconhece a dificuldade dos professores fazerem seus registros. Isso ocorre pela falta de recursos humanos na escola, pois os professores têm uma elevada carga horária a cumprir, muitos alunos em cada turma e poucos recursos didáticos para realizar seus planejamentos e executar suas aulas.

Muito já se tem falado sobre o processo de avaliação no espaço escolar, diferentes opiniões e conceitos tem sido publicados no meio educacional sem que se encontre um consenso. Só para lembrar o que disse o professor Celso Ilgo Henz em seu artigo denominado Avaliação Dialógica-Reflexiva (2007):

(...) Não obstante, também acontece que muitas vezes a questão tem sido debatida de forma solta, isolada, razão pela qual não se tem chegado à essência da problemática, ou seja: antes de nos posicionarmos sobre a avaliação e sua função nos processos de ensino-aprendizagem, torna-se primordial a busca de uma maior clareza sobre que “ensinos” e “aprendizagens” cabe à escola desenvolver; mais ainda: para quê se “ensina” e se “aprende” na escola? Assim, por não se ter muito claro qual é o papel sócio-político-pedagógico dos processos de ensino-aprendizagem da e na escola, fica-se “tateando” também sobre a função e a prática da avaliação (HENZ, 2007, p. 01).

Quando se analisa e reflete sobre as práticas escolares, faz-se uma reflexão da ação enquanto práxis. Conforme ressalta Benincá:

(...) A leitura num enfoque da práxis é possível quando existe uma teoria. A partir da práxis, a memória se torna um instrumento importante. A memória não é um mero registro. Se for acompanhada de um momento posterior onde se organizam vários temas a serem estudados. Nunca se deve negar aquilo que já foi construído. É preciso considerar a que ponto o observador se coloca (BENINCÁ, 2005, p. 02)

Nesse sentido, o tema da avaliação deve ser entendido como um processo em constante construção.

A função de toda pedagogia, já desde Sócrates, era interrogar, interrogar. O grande mestre Paulo Freire já nos falava que toda educação tem que ser dialogal e interrogativa. Avaliar também deve ser um ato reflexivo e interrogativo. Mais uma vez recorre-se a Henz (2007, p. 01), que sugere a avaliação como parte do processo ensinar aprender. Assim enfatiza,

(..) Constantemente sentimos a necessidade de, dentro do processo específico de cada aspecto do nosso sentir/pensar/agir, emitirmos juízos de valor sobre os mesmos, para diagnosticar, problematizar, rever, decidir, agir, fazer algo desta ou daquela forma; vamos compreendendo “onde estamos” e “como estamos” à luz do que queremos alcançar e da forma como nos propusemos realizá-lo, para assim nos tornarmos os sujeitos capazes de tomar nas mãos a nossa própria vida e a história em que vamos aprendendo a ir sendo homens e mulheres (HENZ, 2007, p. 01).

Henz, dialogando com Paulo Freire, afirma que quando vai se aprendendo que a aprendizagem é o fim, e que se ela não aconteceu satisfatoriamente conforme a proposta e os objetivos construídos por e para todos – ou pelo menos muito bem esclarecidos –, torna-se necessária uma avaliação profunda também dos processos de ensino, diagnosticando as questões que contribuíram e também àquelas que precisam ser repensadas e refeitas, tanto pelos educandos quanto pelos educadores. Já em 1975, no livro *Ação Cultural para a Liberdade e Outros Escritos*, Paulo Freire insistia:

Avaliação e não inspeção. [...] Entendida assim, a avaliação não é o ato pelo qual A avalia B. É o ato por meio do qual A e B avaliam juntos uma prática, seu desenvolvimento, os obstáculos ou os erros e equívocos porventura cometidos. Daí seu caráter dialógico. Tomando distância da ação realizada ou realizando-se, os avaliadores a examinam. Desta forma, muita coisa que antes (durante o tempo da ação) não era percebida, agora aparece de forma destacada diante dos avaliadores. Neste sentido, em lugar de ser um instrumento de fiscalização, a avaliação é a problematização da própria ação (FREIRE, 2001, p. 29).

Freire (1987, p.71) relata sua experiência como educador, enquanto esteve exilado no Chile e esta experiência pode ser de grande valia para a reflexão aqui proposta::

Certa vez, num dos ‘círculos de cultura’ do trabalho que se realiza no Chile, um camponês, a quem a concepção bancária classificaria como de ‘ignorante absoluto’, declarou, enquanto discutiam através de uma ‘codificação’, o conceito antropológico de cultura: “Descubro agora que não há mundo sem homem”. E quando educador lhe disse: “Admitamos, absurdamente, que todos os homens do mundo morressem, mas ficasse a terra, ficassem as árvores, os pássaros, os animais, os rios, o mar, as estrelas, não seria tudo isto mundo?” “Não!”, respondeu enfático, “faltaria quem dissesse Isto é mundo”. O camponês quis dizer, exatamente, que faltaria a consciência do mundo(...)” (FREIRE, 1987, p.71)

São justamente esses tipos de visões do qual Freire denomina de Consciência de Mundo ao se referir ao camponês que merecem uma análise, uma reflexão com os professores em atividade e com os próprios alunos para superar as dificuldades encontradas na hora de realizar a avaliação, ou para que não se cometa o erro do faz de conta que ensina e faz de conta que aprende. Também para não incorrer no erro de que a avaliação é a oportunidade do professor classificar os alunos entre os bons que são os aprovados e os maus que são os reprovados, mantendo a lógica da sociedade atual, uns incluídos na escola, no conhecimento, na riqueza e outros excluídos.

CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Esta investigação tem suas raízes nas observações e conflitos vivenciados e percebidos durante alguns anos de trabalho em escolas públicas que, em sua grande maioria, são as responsáveis pela educação das crianças e jovens das classes populares. É deste ambiente, que saem as crianças com maior índice de dificuldades de aprendizagem. Em especial observou-se para este trabalho, situações relacionadas à proposta educacional da Escola de Ensino Médio São José.

O percurso deste trabalho foi desenvolvido com intuito de investigar e conhecer mais sobre o tema avaliação no âmbito escolar. Assim, sentiu-se necessidade de conhecer a Proposta Política Pedagógica da escola, em especial ao que tange a avaliação escolar, bem como dialogar e entrevistar a coordenação pedagógica da escola, além, é claro, de conhecer teóricos que contribuíram para fundamentação das idéias ora apresentadas.

Após a realização do presente estudo, ao invés de respostas e fórmulas de como resolver as inquietações relacionadas à avaliação escolar, chega-se, novamente, a alguns questionamentos que persistem, por longas décadas, séculos, no âmbito educacional: por que ensinar e para que ensinar? Para que avaliar e como avaliar?

Tais interrogações nortearam os estudos aqui desenvolvidos e fez-se perceber e rever a importância de reconhecer o verdadeiro objetivo da educação. Trouxe inquietações como: quais os interesses governamentais ao propor um plano de gestão democrático, cujo entendimento já foi anteriormente abordado, em que permita a comunidade escolar construir seus projetos políticos pedagógicos? A intencionalidade é de partilhar as decisões a fim de implementar as verdadeiras mudanças que a sociedade necessita ou perpetuar-se no poder? Nesse mesmo contexto, qual a ideologia pretendida em avaliar, classificar e rotular entre educandos que sabem e que não sabem? Nesse sentido, acredita o professor Hamilton Werneck, que o aluno tem o direito de aprender e não a obrigação de aprender, numa lógica em que é obrigação da escola e da sociedade oferecer uma boa educação, pois a metodologia da aprovação e reprovação tem tudo a ver com o

tipo de sociedade que se tem. Assim, ele se manifesta em sua obra *A nota prende, a sabedoria liberta*:

Num sistema tradicional de ensinar em que o estudo é uma simples obrigação do aluno, e as aprovações e reprovações estão ligadas ao sistema de seleção que se aplica à sociedade, o professor não se preocupa muito com o que vai acontecer. Ele ensina, faz a sua parte, muitas vezes dentro de um sistema em que não se sente solidário com os alunos e as reprovações além do não-aprendizado passam a ser culpa dos estudantes (WERNECK, 2002, p. 54).

Dessa forma, percebe-se a falta de objetivos comuns que norteiam o processo de avaliação. Observa-se a urgência comprometimento e o comum interesse por parte de todos os envolvidos na construção da educação emancipatória de qualidade.

Ao findar este estudo, sente-se persistir muitas das dúvidas que motivaram tal investigação. Um fator, entretanto, é relevante salientar: a escola reflete a organização da sociedade e a forma de ver e entender o termo avaliação retrata-se na sociedade que se está construindo. Assim, avaliação e competitividade estão intimamente relacionadas, julga-se, naturalmente, que uns nasceram para vencer, os aprovados e outros encaram com normalidade o fato de se darem por vencidos, os reprovados.

Em relação às idéias aqui abordadas, um aspecto considerou bastante contraditório e necessário ser em outra oportunidade aprofundado: Por que da Escola E. E. Médio São José possui em seu PPP uma concepção de avaliação que não é colocada em prática? Uma das possibilidades, prematura é claro, mas que foi percebida e que possivelmente poderia responder a esta indagação talvez esteja no fato de a comunidade ajudar a construir esse projeto, que é democrático, não se envolvendo, entretanto, com as demais etapas de desenvolvimento do mesmo. Ou seja, a falta da efetiva participação da comunidade como forma de construir, criar e executar as etapas iniciais e finais da construção da avaliação escolar.

Talvez se possa considerar que na hora em que se está refazendo, rediscutido o PPP com a comunidade escolar, pais e alunos devam participar da construção e das demais atividades escolares. Essa possibilidade de participação efetiva é real, pois a própria coordenação escolar considera que nenhuma revisão foi realizada no projeto por parte da comunidade escolar. Pode-se aproveitar o momento em que está sendo feita a campanha na mídia pelo Plano Todos pela

Educação e discutir o PPP da própria escola para reavaliar a forma de se fazer a avaliação. E, por fim, enfatiza-se o anteriormente mencionado, “afinal quem tem medo da avaliação? A quem interessa o sistema de reprovação e exclusão social?”

O Plano de Metas Todos pela Educação também previu um sistema de avaliação nacional denominado de Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). O Saeb tem como objetivos, avaliar, diagnosticar os resultados dos processos de ensino aprendizagem. Entre seus mecanismos tem-se a Prova Brasil, o Enem e o Censo Escolar. Esses mecanismos juntos formam o Ideb de cada unidade escolar e da cada unidade da federação através de uma fórmula que leva em conta o rendimento escolar, taxas de aproveitamento, reprovação e abandono escolar.

Para concluir, apresenta-se para esse diálogo a professora Ester Grossi, na época Deputada Federal, numa breve apresentação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394 de dezembro de 1996:

Uma política realmente democrática na área educacional tem que alicerçar-se na ruptura deste modelo excludente que reprova e expulsa parcela altíssima da população e que ensina mal, mesmo com os parâmetros convencionais de ensino que já são obsoletos (GROSSI, 1997, p. 10).

Nesse sentido, observa-se que é o evoluir para a prática problematizadora, onde o educando possa transformar-se em um “ser-mais”, não em meros depósitos, em caixas que sequer abrem. É necessário promover o diálogo, e lembrar a todos os educadores que o ser humano é inconcluso e a tarefa docente é a de humanizar e não a de classificar.

Nessa perspectiva, de fato vê-se a Progressão Continuada necessária como um mecanismo para não deixar o aluno abandonar a escola, no mesmo sentido do Plano de Metas Todos Pela Educação, de que não se perca o conteúdo estudado, discutido, debatido, de que o aluno não tenha comprometido o ano letivo e, conseqüentemente, abandone a escola. O que não pode ocorrer na progressão continuada é uma vulgarização do processo educacional, ou seja, como não foi possível durante o período de aula letiva corrigir o rumo, fazer a recuperação do conteúdo não aprendido, deixar o aluno para um novo professor que vai fazer isso no ano seguinte, isto seria como uma camisa de força utilizada pelo não

aproveitamento do estudo no ano letivo em curso. Seria o equivalente a fazer como define o senso comum “empurrar com a barriga”.

Embora não seja objeto de estudo do presente projeto, observa-se que em algumas escolas, são oferecidas progressões na forma de oficinas de aprendizagem durante o próprio curso do ano letivo. O aluno apresenta a dificuldade, descreve-se a mesma e trabalha-se com a deficiência ainda no ano letivo em curso, mas em turno inverso, a fim de suprir tal carência na aprendizagem.

O sistema educacional brasileiro urge mudanças estruturais radicais nas diversas linhas que o norteiam, não apenas no processo avaliativo, e isso é inegável. Entretanto, o compromisso com a educação deve ser comum entre todos os segmentos envolvidos no processo de educação. Não é suficiente dizer-se democrático e participativo, é necessário efetivar constantemente essa participação ativa, a fim de verdadeiramente romper com os paradigmas inquietantes que desconfortam e comprometem a real e significativa aprendizagem que objetiva promover o ser humano e sua participação social.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **Filosofando: Introdução à Filosofia**. 3.ed. São Paulo: Moderna, 2003.

ARROYO, M, **1º Seminário Regional Refletindo O Ofício de Mestre**. Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, SMEC/ Constantina, RS. Abril, 2007 (mimeo).

BENINCA. Elli, **A Tese da Dialogicidade e as Reflexões Acerca da Escola no Grupo de Estudos “Paulo Freire - PPGE/UPF/RS**. Revista Eletrônica “Fórum Paulo Freire”. Ano I – Nº 1- Julho de 2005.

COTRIN, Gilberto, **Fundamentos da Filosofia. Ser, Saber e Fazer**. 8ª. ed. Saraiva, 1993.

Correio do Povo. Porto Alegre, RS, 25 out. 2005. P.14.

DAMKE, Ilda Righi. **O processo do conhecimento na pedagogia da libertação: as idéias de Freire, Fiori e Dussel**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO SÃO JOSÉ. **Projeto Político Pedagógico**. Constantina, RS, 2006.

_____. **Regimento Interno**, Constantina, RS, 2005.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Lei da Gestão Democrática - Lei 10.576/1995**.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

HENZ, Celso Ilgo, **Avaliação: sentir/ pensar/ agir dialógico-reflexivo... Ou Avaliação Dialógica-Reflexiva**, Mimeo (2007).

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. 27ª Edição. Porto Alegre, RS: Ed. Mediação, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 2ª.ed.- São Paulo, SP: Cortez, 2005.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO, Lei n° 9.394, de Dezembro de 1996. Apresentação Ester Grossi, Casa Editorial Pargos, Rio de Janeiro, 1997.

LÜCK, Heloísa. **Gestão Educacional: uma questão paradigmática**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. Série: Cadernos de Gestão.

NEUBAUER, Rosane, **Quem tem medo da progressão continuada? Ou melhor, a quem interessa o sistema de reprovação e exclusão social?** Centro de Referência em Educação Mário Covas. Disponível em: <www.crmariocovas.sp.gov.br/int_a.php?t=001>. Acesso em: 16 de junho de 2009.

BRASIL, Decreto n° 6094 de 24 de abril de 2007. **Plano de Metas Todos pela Educação** Presidência da República, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Casa Civil - Brasília- DF.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do Senso Comum à Consciência Filosófica**. São Paulo, Cortez, 1989.

WERNECK, Hamilton. **A nota prende, a sabedoria liberta**. Rio de Janeiro: DP&A, 3ª edição, 2002.

SAUTU, R. et al. **Manual de metodología: construcción del marco teórico, formulación de los objetivos y elección de la metodología**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/metodo>>. Acesso em: ago 2006.

ANEXOS